

## **Circulação de discursos LGBTs em Goiânia: reflexões sobre processos comunicativos e fronteiras de sentidos<sup>1</sup>**

Wéber Félix de OLIVEIRA<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

### **RESUMO**

É por meio dos processos comunicacionais que as pessoas interagem umas com as outras e que são produzidos os bens simbólicos, os sentidos sociais, as identidades e a cultura. A partir dessa ideia, entende-se que a circulação de sentidos está diretamente conectada à produção e à disseminação discursiva no espaço público. Assim, no presente estudo propõe-se analisar os discursos dos movimentos LGBTs em Goiânia e a sua circulação no espaço público. Busca-se, com esse trabalho, descortinar os caminhos dos discursos do ativismo LGBT na cidade, considerando-se os fluxos, a mediação e a ressignificação discursivos. Ao observar-se os fluxos comunicativos, foram identificados a existência de fronteiras discursivas que interferem no acesso, no consumo, na interpretação e na reprodução dos discursos LGBTs.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação; ativismo LGBT; discurso; fronteiras de discurso.

### **INTRODUÇÃO**

Os crimes de ódio cometidos contra a população LGBT avolumam os dados estatísticos de homicídio no Brasil. Segundo a ONG Grupo Gay da Bahia, desde 1970, 2016 foi o ano mais violento contra as pessoas LGBTs. O levantamento realizado pela ONG, a partir de matérias publicadas em veículos de jornalismo, aponta que foram registradas 343 mortes em todo o país, o que indica que um LGBT é morto a cada 25 horas no Brasil, deixando o país no topo do *ranking* mundial de crimes desse tipo (GRUPO GAY).

Os dados podem conter uma imprecisão e os índices podem ser bem maiores do que os que conhecemos. Isso porque não há controle específico do poder público sobre crimes de ódio contra a população LGBT. As estatísticas oficiais vêm do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil, que foi divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos do Governo Federal em 2016, mas com referência a dados de 2013, a partir de registros do Disque

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professor substituto do Curso de Jornalismo da FIC/UFG, e-mail: [weber.imprensa@gmail.com](mailto:weber.imprensa@gmail.com).

---

Direitos Humanos, que totalizou 1.695 denúncias de 3.398 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 1.906 vítimas e 2.461 suspeitos.

A frieza das informações estatísticas não representa a história de cada pessoa que sofreu alguma violência. No entanto, os números podem ajudar a dar visibilidade a essa situação de preconceito, discriminação e exclusão que as pessoas LGBTs enfrentam diariamente. O não-acobertamento dos números e dessas situações de violência ajuda não apenas no enfrentamento do preconceito, como também na promoção de políticas públicas pelo Estado.

O ódio ou a rejeição aos homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros não é unicamente expresso através de agressões físicas. O preconceito também está estruturado em formas simbólicas. A sociedade impõe uma padronização *hetero-cis-normativa* que deve ser seguida e as pessoas que não se adequam ou não se encaixam nessa padronização são sumariamente inferiorizadas. Essa construção ideológica funciona por meio de dispositivos discursivos que promovem uma tipologia sexual ou de gênero em detrimento de outra, criando, conseqüentemente, uma hierarquia entre os diferentes sujeitos. Um xingamento na rua e até o diferenciamento de tratamento no ambiente de trabalho, por exemplo, são formas de exclusão e discriminação que agem pelo simbólico.

Coutinho e Borges (2015) explicam que um dos mecanismos do mundo simbólico é o ato de nomeação. Através desse exercício linguístico o ser humano não apenas nomeia as coisas do mundo ou dá nomes as pessoas, ela as inscreve em um meio social. Ou seja, o ato de nomeação delimita fronteiras, naturaliza limites, demarca lugares, além de servir para a manutenção de uma ordem. Ao analisarmos historicamente a população LGBT, podemos observar que, em muitos casos, através do ato de nomeação essas pessoas, que se identificam com algum desses nomes, são marcadas e inferiorizadas.

Poderíamos nos arriscar a dizer que estamos passando por um momento de naturalização de atos de violência, que tendem a transformar o diferente em inferior. A naturalização age de forma a não dar visibilidade às práticas violentas, uma vez que a violência seria algo natural e inerente a espécie humana. No entanto, a violência sendo ela simbólica ou física contra essas pessoas é da ordem do socialmente construído e é fruto da cultura de quem escolheu seguir um padrão pós-cristianismo como nos alerta Coutinho e Borges (2015).

Essa situação, que não é contemporânea, é histórica, levou, na década de 1970, à formação de inúmeras instituições e grupos sociais no Brasil contra a invisibilização social

e demais formas de violências que eram cometidas no período. Várias entidades surgiram com o intuito de defender a população LGBT de formas de discriminação e violência, em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero. Posteriormente essas instituições encabeçaram batalhas a favor da promoção e extensão de direitos a gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Orientados por ações propositivas, os grupos buscam, a partir da visibilidade, a introdução de demandas na esfera pública<sup>3</sup> que são importantes para os movimentos sociais. Por essa prática entendemos que o ativismo social integra energias de transformação da sociedade em diversos eixos temáticos, como por exemplo, direitos aos LGBTs. Das diversas formas de atuação dos movimentos sociais, identificamos que as organizações dos movimentos sociais se avolumam em três campos de produção discursiva LGBT, quais sejam: Atuação Militante<sup>4</sup>, Atuação Política<sup>5</sup> e Atuação Acadêmica<sup>6</sup>.

Os movimentos sociais, e em específico o ativismo LGBT, representam uma das forças motriz de modificação das condições em que se encontram a sociedade. As reivindicações ultrapassam o propósito de indignação e consolidam uma luta por equidade de direitos sociais e transformação dos valores da sociedade/comunidade, ou seja, um contrapoder, que Castells (2013) considera como a capacidade dos atores sociais desafiar o poder das instituições da sociedade. Ao fazerem isso, os movimentos sociais reivindicam a representação de seus valores e interesses.

Barbalho (2005) acrescenta que é a partir da década de 1950 que os movimentos sociais passam a reivindicar do Estado não apenas serviços públicos, mas também o reconhecimento das diferenças, identidades e singularidades. Quando colocamos o foco nas lutas sociais desses movimentos, inegavelmente devemos também estender a nossa análise para o campo da comunicação. Esses dois agentes estão ligados a partir do momento em que a comunicação mediática passou a mediar também essas lutas e outros campos sociais. Paiva (2005) corrobora com essa ideia quando diz que os *medias*

---

<sup>3</sup> Consideramos como esfera pública a definição dada por Gomes (2005). O autor considera como sendo espaço social em que os sujeitos participantes interagem entre si, possibilitando, dessa maneira, o exercício da comunicação.

<sup>4</sup> Definimos assim os grupos sociais organizados que não estão na hierarquia organizacional do Estado e que não possuem fins lucrativos. São exemplos dessa categoria entidades de classe, sindicatos, federações, associações e ONGs.

<sup>5</sup> As ações sociais acontecem através de políticas públicas de promoção de direitos e igualdade. São destacados nesse campo os grupos políticos e entidades políticas que trabalham pela produção de leis e ações voltadas às minorias.

<sup>6</sup> Os coletivos formados na esfera da educação desenvolvem estudos e pesquisas com o objetivo de compreender a realidade social e oferecer caminhos de promoção social através do conhecimento.

---

assumiram um papel capaz de definir todas as antigas mediações sociais, regulando, dessa maneira, a relação do indivíduo com o mundo.

É por meio desses novos espaços que os movimentos sociais divulgam suas ideias e buscam conquistar reconhecimento do público de suas lutas e demandas. O reconhecimento se dá por meio do processo de legitimação que confere a esses movimentos sociais o poder de representar uma categoria ou um grupo de pertencimento/identificação.

Barbalho (2005) vai concluir que o acesso democrático aos meios de comunicação é o primeiro passo para que as minorias tenham a sua cidadania garantida. Os *medias* tem a capacidade, em si, de dar voz e visibilidade a conteúdos e discursos; de dar vida pública às demandas e aos debates; de construir mensagens e imagens; de dar acessibilidade à esfera pública.

Os estudos de Thompson (1999) demonstraram para nós que o advento das tecnologias não alterou apenas o modo como nos comunicamos, mas também as relações sociais. A relação do indivíduo com o mundo foi alterada sistematicamente, fazendo com que a noção de espaço fosse diminuída em contraposição a noção de tempo que foi dilatada. Todavia, nos questionamos se a produção simbólica e a circulação desses bens simbólicos são suficientes para a transformação social.

Por esse motivo, nos propomos um estudo tendo como temática os discursos do movimento LGBT em Goiânia e a análise dos caminhos comunicativos percorridos por esses discursos, quais mecanismos comunicativos esses discursos são operados, levando-se sem consideração o processo de (re)significação desses produtos simbólicos por sujeitos gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Para entendermos todo o processo foi necessário optar pelo exame do processo comunicativo, considerando o fluxo dos discursos desde a produção, mediação e ressignificação. A escolha dessa temática para esse estudo deveu-se a necessidade de descortinar os caminhos dos discursos LGBTs na sociedade e entender por que ainda há resistência social/comunicativa para tais discursos nos veículos de jornalismo e também no espaço público.

Partimos do pressuposto que os discursos passam por filtros/fronteiras da sociedade. Ou seja, os discursos são submetidos às instituições que os significam e os redistribuem para a população. Além dos filtros institucionais, há os filtros dos sujeitos que são balizados pelo contexto social onde estão e pelos valores éticos, morais e

culturais subjacentes a esses sujeitos. Assim, o processo comunicativo é orientado por fluxos simbólicos que podem ser modificados em cada uma dessas instâncias por mecanismos de significação e ressignificação. Por esse motivo essa pesquisa se debruçou, como objeto de estudo, sobre os discursos LGBTs para compreendermos os mecanismos e os filtros com os quais eles são submetidos.

Dessa maneira, pretendeu-se entender por que os discursos do ativismo LGBT em Goiânia ainda são restritos a certos espaços discursivos? Quais são as orientações dos fluxos comunicativos do movimento LGBT? Por que as demandas do movimento LGBT não fazem parte das pautas dos telejornais locais? Entender quais as significações dadas aos discursos do movimento(s) LGBT em Goiânia por pessoas gays, lésbicas, travestis e transexuais? Qual a visibilidade dos discursos do ativismo LGBT em Goiânia?

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Optamos neste estudo por uma abordagem qualitativa, uma vez que nos oferece melhores condições para compreendermos detalhadamente o nosso objeto de estudo (discurso LGBT e processo comunicativo) e o contexto em que ele se encontra: o processo comunicativo que envolve o movimento LGBT.

Como consequência do objeto em questão, optamos pelo método história oral de vida e temática por se tratar de uma prática de apreensão de narrativas com intuito de se conhecer processos sociais da atualidade. Segundo Meihy e Holanda (2007), a apreensão de narrativas garante um significado primordial às pessoas. Decidimos pelo gênero história oral de vida porque esse tipo de método está alicerçado em uma prática livre onde os sujeitos entrevistados podem apresentar narrativas subjetivas a partir do uso da oralidade e da memória coletiva. A partir de um questionário estruturado buscamos observar a opinião dos nossos entrevistados sobre a militância LGBT, a relação da afirmação desses sujeitos, o reconhecimento da extensão de direitos à população LGBT e os movimentos sociais.

A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas em profundidade aberta com lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, sendo que essas pessoas não participam ativamente de algum movimento social. Para tanto, definimos como estratificação, com base no IBGE, a faixa etária “Adultos” que corresponde à população que possui entre 20 a 59 anos de idade. Foram entrevistas nove pessoas a partir da

---

autoafirmação identitária de gênero e sexual assim disposta por dois gays, duas lésbicas, duas bissexuais e três transexuais. Não logramos êxito para entrevistarmos travestis devido à resistência dessas pessoas e o cumprimento de prazo para a conclusão desse estudo. A partir dos dados obtidos escolhemos a análise do discurso, com base nos estudos de Charaudeau, (2015) como ferramenta para desconstruirmos os textos em discursos e assim identificarmos os mecanismos de produção discursivas utilizados pelos entrevistados.

## **OS FLUXOS E AS FRONTEIRAS DISCURSIVAS NO PROCESSO COMUNICATIVO**

É necessário lembrar que o discurso é uma estrutura linguageira dotada de sentidos, que é construído a partir de uma determinada realidade sócio-histórica, respondendo à regras e práticas específicas do tempo e espaço em que é modelado. Como dissemos, todo discurso é uma forma de ação sobre outro discurso e sobre o mundo e que tem a intenção de provocar mudanças ou alterar uma situação. Para compreendermos os sentidos contidos nos discursos devemos examinar os locais de produção discursiva, mas também os processos significativos ao qual eles são submetidos, uma vez que os sentidos são construídos socialmente no interior das práticas sociais.

Seguindo essa linha de raciocínio devemos compreender que a ação discursiva ou o discurso em uso está estritamente conectado à comunicação humana, uma vez que é através dos enunciados discursivos que interagimos com outras pessoas, com o mundo e com outros discursos. Entendemos que é por meio da comunicação e das estratégias enunciativas e de interlocução que nos constituímos como seres humanos, marcamos nossas experiências no mundo e criamos representações dele. A produção discursiva é o meio pelo qual os sujeitos se colocam no mundo e o significa.

Nesse sentido, entendemos que os discursos e a sua dinâmica de circulação no meio social são de interesse dos estudos do campo da comunicação. E com base nesse pressuposto teórico-metodológico que buscamos conhecer o processo comunicativo em que se encontram inseridos os discursos do movimento LGBT, a produção e recepção desses discursos por pessoas LGBTs, as mediações realizadas pelo meios e veículos de comunicação, a produção de identidades/identificações e os processos de filtragens e de controle de sentidos.

---

O discurso é um material linguístico dotado de sentidos produzidos por sujeitos em estado de práticas sociais que podem ser observadas também através do processo de comunicação e interrelação dos sujeitos comunicantes. O discurso só terá sentido se for colocado em circulação na sociedade e em uso por sujeitos sociais. Os discursos tanto são determinados por instituições sociais como também determinam as instituições presentes no mundo.

Portanto a comunicação sendo intrinsecamente constitutiva do ser humano não pode ser considerada unicamente como mero processo de transmissão de informação entre um polo emissor para um polo receptor através de um canal. Os textos produzidos pelos sujeitos se revelam como unidades altamente significantes que ganham contornos diversos quando em uso, circulação.

Devemos, pois, compreender que no processo comunicativo há diversos fluxos comunicacionais e que há várias instituições que dele participam contribuindo para a significação das mensagens (discursos) elaborados, provando a existência de interferências na construção significativa de um texto (discurso produzido). Temos ainda que considerar como sendo importante para o processo comunicativo, a instância da recepção que por muito tempo foi relegada a um espaço simplesmente massificado, neutro e passivo. Os sentidos discursivos ganham valor a partir da participação ativa do núcleo receptor que passa a além de significar, ressignificar e produzir novos sentidos que são recolocados nesse ciclo de sentidos.

Quando pensamos o processo comunicativo em forma de um ciclo contínuo, nos aproximamos a interpretação de Verón (1987) sobre o processo comunicativo das sociedades pós-industriais. A comunicação social sofreu transformações a partir da introdução dos medias (meios de comunicação) e de novas tecnologias de comunicação. Atualmente, vivemos em um processo de produção e recepção de mensagens mediadas na maior parte por mecanismos mediáticos. Contudo, o autor nos alerta que o processo de comunicação não é simplesmente linear entre instituições sociais, os medias e os atores sociais (atores individuais). A comunicação deve ser compreendida como um processo complexo de múltiplos direcionamentos e fluxos comunicativos entre essas instâncias.

Com base na propositura sistemática de Verón (1997) entendemos que o processo de produção e consumo de discursos LGBTs não correspondem a um sistema linear, mas a um sistema complexo de distribuição e contato entre várias instâncias.



---

Verón (1997, p. 7) acrescenta que “*en esta configuración no hay procesos lineales entre una causa y um efecto nos encontramos frente a una maraña de circuitos de feedback*”. A produção e o consumo desse tipo de discurso são realizados de forma dialética no qual os atores participantes (individuais ou coletivos) significam e ressignificam os conteúdos simbólicos em um processo contínuo circulante.

Os discursos circulam em várias direções e são, assim, significados e ressignificados por indivíduos sociais que compõem qualquer uma das instâncias participantes do processo comunicativo. Há alguns anos observávamos que a mediação dos discursos (mensagens significativas) era realizada unicamente pelos medias. O jornalismo se tornou o principal ator social no processo de mediação de discursos circulantes na sociedade. O contato entre as pessoas e o discurso dependiam exclusivamente da ação dos canais de imprensa da sociedade.

Atualmente, esse contato pode ser realizado diretamente entre as instituições e os atores individuais ou coletivos, sem a mediação dos veículos de jornalismo. Contudo, devemos ressaltar que o jornalismo ainda é um importante interpretante dos discursos sociais, influenciando sistematicamente no consumo e significação realizada pelos sujeitos, como debatemos na sessão anterior.

Fiegenbaum (2012, p.3) reconhece que todas as instâncias que fazem parte desse modelo de comunicação social se afetam mutuamente, em processo dialético de construção de sentidos em que se coloca e se expressa sistemas de valores particulares, sistemas de visibilidades e de vínculos. Ele acrescenta em sua discussão que as três instâncias “estabelecem níveis de relação que vão de acomodações e resistências, passando por cooperações”. Isso demonstra para nós que todas as instâncias arroladas no esquema atuam de forma ativa e presente no processo de comunicação social e na sistematização de sentidos.

O que nos interessa nesse momento é expressarmos a ideia da existência de fronteiras discursivas nesse processo de circulação discursiva e de sentidos. Em cada um dos fluxos percebidos no meio social pode-se haver um constrangimento simbólico que impede ou que transforma o discurso, acarretando para a modificação da apresentação e apreensão dos sentidos sobre um determinado assunto ou temática que foi iniciada no processo comunicativo. Devemos ressaltar que para nós, os fluxos comunicativos são multidirecionais e podem ser originados a partir de qualquer uma das



---

instâncias colocadas no processo comunicativo, seja o Estado, os movimentos sociais, os medias ou outras instituições mediadoras, e os sujeitos sociais ou atores sociais.

Em cada uma dessas pontas da comunicação social, seja na produção ou no consumo de conteúdo simbólico, podemos identificar mecanismos de filtragem e interpretação discursiva que nesse estudo denominamos por fronteiras discursivas. Essas fronteiras discursivas são da ordem simbólica, podem ser da ordem ideológica, da ordem cultural, mas também da ordem sistêmica que advém da própria organização de uma instituição. Independente da natureza, essas fronteiras discursivas são interessantes para compreendermos como se dá a construção da comunicação na esfera pública e consequentemente a circulação de sentidos.

Dessa maneira, ao observamos o processo comunicativo e a circulação dos discursos LGBT, com base nas entrevistas que fizemos para compor o escopo de nosso estudo, identificamos a existência de cinco mecanismos que de alguma forma interferem na construção de sentidos, na significação e ressignificação dos discursos e na própria mediação deles. Acreditamos que cada uma das fronteiras discursivas identificada não corresponde necessariamente a uma determinada ordem ou natureza, mas na verdade, há uma interconexão de diversas ordens para que cada mecanismo discursivo se interponha no processo comunicativo.

Dito isso, verificamos em vários momentos dos fluxos comunicativos a existência recorrente de no mínimo quatro fronteiras discursivas que de alguma forma contribuíram para que os discursos do movimento LGBT tomassem uma determinada forma e que sentidos específicos fossem assim constituídos. Destacamos, a) preconceito; b) disponibilidade e acesso ao discurso; c) organização e visibilidade mediática; d) produção discursiva para o centro.

O primeiro mecanismo que chama a nossa atenção é a existência do *preconceito* na sociedade, precisamente em circulação nas várias instâncias que compõe a esfera pública. Esse mecanismo antes recluso às camadas da esfera privada, ganhou nova robustez atualmente e agora se faz presente (visualmente detectável), sem constrangimentos públicos na esfera pública. As pessoas estão cada vez mais demonstrando a sua falta de capacidade de conviver com o diferente e com os discursos produzidos pelo Outro.

Barros (2015) explica que o preconceito, seja ele expresso em qualquer contexto social, se estrutura a partir de quatro organizações languageiras: por meio de estruturas

---

discursivas de exclusão, assimilação, segregação ou agregação. Há, pois dois processos convergentes, um em que os indivíduos procuram transformar o Outro à sua semelhança e outro em que insistem na diferença existente entre as pessoas para poder criar estruturas de manutenção da exclusão ou segregação.

O processo se estabelece, como vimos, a partir de discursos e práticas sociais em que o diferente é ostensivamente repudiado e reprimido. No entanto, não podemos compreender o preconceito como uma fronteira que existe isoladamente no meio social, ele está intrinsicamente associado a outras fronteiras discursivas que apontamos em parágrafos anteriores. O preconceito acarreta na produção das demais fronteiras discursivas quando que por intolerância aos discursos dos movimentos LGBT ocorre a perda de interesse pela busca da informação, ou a não visibilidade mediática, ou ainda levando a uma crise de representação social.

O segundo ponto em questão é o que chamamos de *disponibilidade e acesso ao discurso*. A partir de uma modelo de distribuição de poder social<sup>7</sup> podemos compreender o acesso de minorias a dominância, controle e exercício do discurso e também da comunicação pública. Dijk (2015, p.88-89) nos ensina que determinados grupos sociais possuem acesso especial ao discurso e à comunicação pública. Por esse motivo, esses grupos podem exercer o controle sobre o próprio discurso e à comunicação pública, sobre outros grupos ou instituições, influenciando “as estruturas do texto e da fala, de modo que, como resultado, o conhecimento, as atitudes, as normas, os valores e as ideologias dos receptores sejam mais ou menos indiretamente afetadas tendo em vista o interesse do grupo dominante”.

Dito isso o autor, explica que há um acesso restrito às posições de quem pode falar e escrever, que escolhe o destinatário, determina o que pode ser falado, quando isso pode ser expresso, em que contexto de produção, ou ainda quem pode participar do processo como ouvinte. O exercício desse poder social determina, dessa maneira, quem é incluindo ou quem é excluído do acesso ao discurso e ao processo comunicativo no meio social. Normalmente, como pudemos perceber a partir das entrevistas colhidas, raramente as pessoas LGBTs estão em condições de fala, de acesso ao discurso e à comunicação pública.

---

<sup>7</sup>É definido em termos do controlo exercido por um grupo ou organização (ou seus integrantes) sobre as ações e/ ou as mentes de (membros de) outro grupo, limitando dessa forma a liberdade de ação dos outros ou influenciando seus conhecimentos, atitudes ou ideologias (DIJK, 2015, p. 88).

---

O autor é severamente crítico a falta de acesso das minorias à comunicação mediática e aos recursos de produção discursivas inauguradas por essas tecnologias de comunicação. Segundo ele, o acesso das minorias aos meios é “uma condição para sua participação na definição pública de sua situação. Apesar de os jornalistas em geral se autodefinirem liberais, a falta de acesso das minorias à mídia é uma das propriedades mais visíveis da dominância simbólica das elites brancas” (DIJK, 2015, p. 98). Como consequência, em nosso estudo, observamos que há o processo de não visibilidade das pautas e discussões do movimento LGBT, a invisibilização dos sujeitos LGBTs e a falta de discussão de temas importantes o que leva ao processo de desinformação até mesmo para a comunidade LGBT.

A terceira fronteira refere-se a própria *organização e visibilidade mediática* que é empregada pelos veículos de imprensa. Devemos observar que o processo mediático está organizado a partir de rotinas de produção do próprio meio e conta com a influência político-ideológico dos profissionais e da empresa a frente do processo. Dessa forma, reiteramos o que já foi dito em capítulos anteriores, a comunicação mediada feita por veículos de imprensa alterou consideravelmente as formas de produção e reprodução de conteúdos e bens simbólicos. Mas também exercem, assim, forte influência sob a apreensão de conteúdos produzidos como a sua significação e ressignificação.

Quando observamos a mediação de conteúdos e sentidos pelos meios e pela imprensa não podemos nos esquecer que esse processo faz parte de uma escolha agendada pelos profissionais e empresas dos meios. Thompson (2008) já nos alertava que os meios detêm o poder de dar visibilidade a determinados acontecimentos enquanto oculta outros. As instituições que controlam o funcionamento definem quais sujeitos e quais assuntos serão iluminados e quais serão sumariamente silenciados. Barbalho (2005) corrobora ao afirmar que os meios são as instituições, atualmente, que conseguem não apenas dar voz, mas fazem com que discursos existam socialmente.

No entanto o que acabamos de ver é que o campo da comunicação social (meios) ainda é restrito e restritivo a assuntos relacionados aos direitos, aos sujeitos e às lutas do movimento LGBT. Na verdade, vemos um filtro de seleção que privilegia um estado único de sentidos que são veiculados, ligando os sujeitos LGBTs à apenas três espaços discursivos: o festivo, o da violência/vitimização e o da marginalidade social. Enquanto os sujeitos LGBTs forem retratados a partir dessas instâncias de

---

produção simbólica, continuaremos reforçando um estereótipo e negando acesso aos medias e uma visibilidade mediática.

Com o advento das novas tecnologias de comunicação eletrônica e a proliferação do uso da internet, vimos surgir uma nova onda de produção de conteúdos que foge do controle das grandes instituições mediáticas. Novos atores sociais utilizam-se desses aparatos técnicos e tecnológicos de comunicação para que suas vozes sejam ouvidas e disseminadas no espaço público. Contudo, não podemos deferir que esses novos meios de comunicação social vieram para solucionar a questão da interação com os públicos e a circulação de discursos e sentidos dos movimentos sociais.

## **CONSIDERAÇÕES**

A partir das nossas entrevistas pudemos perceber que apesar do uso intenso da internet e meios digitais de comunicação, como por exemplo as redes sociais, ainda observamos acontecer um fenômeno comunicacional que restringe o acesso a informação, estamos falando de uma *produção discursiva para o centro*. A comunicação realizada pelos vários atores sociais do movimento LGBT ainda é restritiva e realizada de forma convergente, englobando na maioria das vezes, apenas as pessoas que participam ativamente da organização do movimento social. Notamos que há, assim, um diálogo entre pares que não ultrapassa as fronteiras da militância LGBT.

Uma das consequências desse fenômeno é o distanciamento entre os movimentos sociais LGBTs e a sociedade, provocando o desinteresse, à não-visibilidade das ações e a desinformação até mesmo das pessoas que compõem a comunidade LGBT. Dessa maneira, concluímos que os sujeitos LGBTs não reconhecem a atuação da militância LGBT e, por conseguinte, há uma quebra de contrato quanto à representação/representatividade entre os movimentos sociais e os sujeitos da comunidade, como observamos em sessões anteriores. Entendemos, pois, que deslegitimação do discurso da militância LGBT é justificada pelo desinteresse, aversão, falta de simpatia, falta de coerência e falta de inteligibilidade nos processos comunicativos dos movimentos sociais LGBTs.

Ao longo desse trabalho expusemos por meio de vários autores que os estudos do processo comunicativo e dos medias não são apenas uma análise da produção de conteúdo que é realizada por um determinado veículo ou “mídia”. Devemos, pois, compreender que é no campo da comunicação social que percebemos a interação dos

---

seres humanos e a construção das relações sociais. Endossamos ainda a ideia de que com o advento das tecnologias de comunicação, essas relações sociais ganharam novos contornos e uma nova dinâmica.

Partimos dessa afirmativa para compreendermos como se dá o processo de contato, interação e significação dos discursos da militância LGBT com os sujeitos que compõem a comunidade LGBT em Goiânia, sujeitos que se auto-identificaram com as identidades de gênero e sexuais: gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Buscamos com essa pesquisa conhecer os caminhos dos discursos LGBTs na sociedade e entender por que ainda há resistência social/comunicativa para tais discursos nos veículos de jornalismo e também no espaço público local.

O grande desafio da comunicação social é fazer com que as desigualdades de acesso e pertencimento ao espaço público sejam extintas. Mais do que isso é necessário que as pessoas gozem dos direitos inerentes ao ser humano para que estejam garantidos a livre expressão de discursos e a participação ativa no espaço público. Com essa pesquisa, identificamos que os discursos dos movimentos sociais LGBTs não produzem o efeito esperado. Logicamente, há discussões e reelaboração de significados ligados a causa desse movimento, contudo ainda observamos a incipiência do debate que é restrito a determinados espaços discursivos.

Ao falarmos em democracia, pressupõem-se que os indivíduos façam parte desse sistema de forma ativa. As pessoas precisam sentir-se como parte integrante do processo de expressão, debate e produção de diálogos no espaço público. Acreditamos que esse caminho levaria os sujeitos a ter condições plenas de acessar à informação, construir estratégias para então agir socialmente e conseguir ter visibilidade para cobrar para que haja um processo de concessão de direitos às pessoas que se encontram, hoje, em estado de vulnerabilidade política-social.

Identificamos que os discursos produzidos pelo(s) movimento(s) LGBT percorrem inúmeros fluxos comunicativos no espaço público, porém eles são filtrados (significados/ressignificados) por instituições e pelos indivíduos que o acessam. São nesses percursos comunicativos que nos propusemos a debruçar com o intuito de conhecer as fronteiras que os discursos enfrentam e as produções de sentido que deles advém.

Apesar de haver variados fluxos e canais de comunicação, acesso à informação como a internet, ressaltamos que os médias e principalmente o jornalismo continuam

---

atuando como os principais disseminadores de discursos no espaço público, devido à importância social que esses atores sociais representam para a sociedade. Observamos, dessa maneira, que muito da significação e ressignificação realizada pelos sujeitos passam pela interpretação dada pelos meios e pelo jornalismo.

Entendemos, assim, que os discursos do ativismo LGBT ainda são restritos a determinados espaços de discursivos devido às políticas de visibilidade das empresas midiáticas e dos profissionais envolvidos que justificam por vezes tal posicionamento ao consumo da audiência. Com a pesquisa, identificamos que o jornalismo local ainda constrói suas pautas a partir de três lugares específicos quando trata dos sujeitos LGBTs: do festivo, da violência e da criminalidade. Não há uma cobertura que enfatize ou leve informação sobre as lutas pelo reconhecimento dos direitos dessa população que ainda se encontra na vulnerabilidade.

Outro fator determinante para a visibilidade que os discursos LGBTs alcançam no espaço público se deve muito ao contato e afinidade dos próprios sujeitos que compõem a comunidade LGBT. Naturalmente, o reconhecimento desses discursos conferiria aos movimentos sociais legitimação para que eles representassem os sujeitos LGBTs e que esses se vissem participantes dessa pretensa comunidade, no entanto, vemos um movimento contrário em que se instaurou um processo de deslegitimação através de uma crise de representatividade.

O distanciamento dos movimentos sociais e da comunidade LGBT pode ser justificada em até certo grau pelas dificuldades de disseminação dos discursos do ativismo em Goiânia pelos meios, mas também por outros canais de comunicação utilizados por essas organizações. As estratégias adotadas por esses movimentos continuam a ser restritivas a alguns núcleos de pessoas, o que impede a construção e perpetuação de uma imagem positivada, contudo o que vemos é a propagação de uma imagem distorcida e mensagens com ruídos. As pessoas LGBTs não conseguem identificar de forma objetiva as ações do ativismo LGBT e tampouco seu protagonismo na luta pela equidade de direitos sociais.

Tomando como base a discussão levantada até aqui e considerando os fluxos comunicativos, definimos que há no mínimo quatro fronteiras discursivas que operam para que os discursos do movimento LGBT assumam determinados lugares e ganhem sentidos específicos. Reiteramos, a) preconceito; b) disponibilidade e acesso ao discurso; c) organização e visibilidade midiática; d) produção discursiva para o centro.

---

Essas quatro fronteiras determinaram a significação que foi apresentada durante as entrevistas que realizamos. A identificação delas nos permitiu inferir que os discursos e a atuação do movimento LGBT, por mais que sejam consideradas importantes, ainda não obtiveram visibilidade nos meios e reconhecimento pelos sujeitos entrevistados. Assim, verificamos que tanto a luta por direitos e equidade dessas pessoas, inclusive elas são relegadas ao esquecimento.

## REFERÊNCIAS

- GRUPO GAY. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/>>. Acesso em: 20 de set. 2017.
- BARBALHO, Alexandre. *Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo*. In: **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Editora Paulus, 2005.
- BARROS, Diana. *Intolerância, preconceito e exclusão*. In: **Discurso e desigualdade social**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança** – movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015a.
- COUTINHO, Maria; BORGES, Carolina. *Sentidos para a homossexualidade*. In: **Discurso e Desigualdade Social**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- DIJK, Teun. **Discurso e poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- FIGENBAUM, Ricardo. **Esquema para análise da midiaticização**: aporte teórico-metodológico. Lumina. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF. Vol.6. n1. jun, 2012.
- MEIHY, José; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.
- PAIVA, Raquel. *Mídia e política de minorias*. In: **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Editora Paulus, 2005.
- SODRÉ, Muniz. *Por um conceito de minoria*. In: **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Editora Paulus, 2005.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1999.
- THOMPSON, John B. A nova visibilidade. In: **Dossiê**: perspectivas autorais nos estudos de comunicação II. Revista Matrizes. Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação de São Paulo. Ano 1, n.2. p.15-37. jan.-jun., 2008.
- VERÓN, Eliseo. **Esquema para la análisis de la mediatización**. Revista Diálogos, n. 37, Lima, 1987.